



**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**

LEI Nº 20.040, DE 12 DE ABRIL DE 2018  
- Revogada pela Lei nº 20.694, de 26-12-2019, art. 72.

**Mensagem de Veto**

~~—Dispõe, define e disciplina a piscicultura no Estado de Goiás e dá outras providências.~~

~~—~~

~~A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:~~

~~—CAPÍTULO I~~  
~~DAS DEFINIÇÕES~~

~~Art. 1.ª Para efeito de aplicação desta Lei, ficam estabelecidas as seguintes definições e disposições:—~~

~~I—aquicultura: cultivo e criação de organismos aquáticos, incluindo peixes, moluscos, crustáceos, quelônios, répteis e plantas aquáticas mediante a intervenção do homem no processo de cultivo e criação visando aumentar a produção em operações como reprodução, estocagem, alimentação, proteção contra predadores e outros;~~

~~II—piscicultura: atividade de cultivo de alevinos ou peixes em ambientes naturais e artificiais com as finalidades econômica, social ou científica;~~

~~III—piscicultor: pessoa física ou jurídica que se dedica profissionalmente à criação de alevinos ou peixes em ambientes naturais e artificiais com as finalidades econômica, social ou científica, trabalhando de modo independente ou vinculado a associações e/ou cooperativas;~~

~~IV—produtor de alevinos: piscicultor que se dedica à reprodução larvicultura, criação e comercialização de alevinos;~~

~~V—reprodutor ou matriz: peixe adulto, apto a procriar, utilizado pelo piscicultor na obtenção de descendentes;~~

~~VI—reservatório: corpo natural ou artificial de água superficial, tais como: rios, lagoas, lagunas, açudes, canais e outros;~~

~~VII—represa: depósito de água formado artificialmente através de barramento de acidentes geográficos naturais e ou decorrentes de ação antrópica, mediante diques ou barragens nos quais se armazenam águas pluviais, de rios, córregos, com objetivo de uso como recurso hídrico;~~

~~VIII—viveiro/tanque: estrutura projetada e construída para aquicultura, escavada ou não, revestida ou não, e com controle de entrada e saída de água;~~

~~IX—área aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aquicultura, individuais ou coletivos;~~

~~X—parque aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidas outras atividades compatíveis com a prática da aquicultura;~~

~~XI—gaiola ou tanque rede: equipamento de cultivo utilizado dentro da massa de água de um rio, lago ou reservatório, parque aquícola, construído e manejado de acordo com as normas técnicas de engenharia;~~

~~XII—espécie nativa: espécie de origem e ocorrência natural nas águas brasileiras;~~

~~XIII—espécie exótica: espécie de origem e ocorrência natural somente em águas de outros países;~~

~~XIV—espécie estabelecida: espécie alóctone que já constituiu população isolada e em reproduções, aparecendo em pescas científica e/ou extrativista;~~

~~XV—peixe híbrido: peixe obtido a partir do cruzamento entre espécies;~~

~~XVI—espécie alóctone: não originária da bacia hidrográfica;~~

~~XVII—espécie autóctone: originária da bacia hidrográfica;~~

~~XVIII—peixamento: processo de introdução de alevinos ou de peixes adultos em ambientes aquáticos naturais ou artificiais com a finalidade de povoar ou repovoar o corpo d'água local;~~

~~XIX—despesca: processo de retirada de peixes e outras espécies aquáticas cultivadas para fins econômicos, sociais, científicos e outros;~~

~~XX—nascente ou olho d'água: local onde aflora naturalmente, mesmo que de forma intermitente, a água subterrânea.~~

## **~~CAPÍTULO II~~**

### **~~DA CLASSIFICAÇÃO~~**

~~Art. 2º Os piscicultores são classificados quanto ao objetivo de sua produção em:~~

~~I—produtor de alevinos: aquele que se dedica à produção e comercialização de alevinos a serem utilizados como insumo a outras pisciculturas que efetuem a recria e a engorda;~~

~~II—produtor de peixes ornamentais: aquele que se dedica à produção e comercialização de alevinos e peixes a serem utilizados como espécies ornamentais ou de aquarofilia;~~

~~III—produtor terminador: aquele que finaliza o cultivo de alevinos, produzindo pescado destinado ao consumo humano e/ou industrial;~~

~~IV—produtor de matrizes e reprodutores: aquele que cria peixes, jovens ou adultos, fruto de processos de seleção, melhoria e classificação zootécnica a serem comercializados, exclusivamente, como reprodutores ou matrizes aos produtores de alevinos;~~

~~V—produtor de iscas aquáticas: aquele que realiza trabalhos de reprodução, cultivo, armazenamento e comercialização de peixes utilizados como iscas vivas aquáticas na pesca, amadora, profissional e ou esportiva;~~

~~VI—piscicultor de pesque-pague: aquele que cultiva ou adquire peixe vivo, oriundo de outro piscicultor, comercializando no varejo, como forma de lazer, recreação, esporte ou turismo;~~

~~VII—produtor de peixe para peixamento: aquele que realiza trabalhos de reprodução, cultivo, armazenamento e comercialização de peixes que poderão ser comercializados para o peixamento de cursos d'água.~~

~~Art. 3º A piscicultura quanto ao tamanho, avaliada de acordo com a lâmina d'água acumulada, será classificada em:~~

~~I—pequena—até 05 (cinco) hectares de lâmina d'água em tanque escavado e represa ou até 1.000m³ (mil metros cúbicos) de água em tanque rede;~~

~~II—média—acima de 05 (cinco) até 50 (cinquenta) hectares em tanque escavado e represa de lâmina d'água em tanque escavado ou acima de 1.000m³ (mil metros cúbicos) até 5.000m³ (cinco mil metros cúbicos) em tanque rede.~~

~~III—grande—acima de 50 (cinquenta) hectares de lâmina d'água de tanque escavado e represa ou acima de 5.000m³ (cinco mil metros cúbicos) em tanque rede.~~

## **~~CAPÍTULO III~~**

### **~~DOS PRODUTOS~~**

~~Art. 4º São produtos da piscicultura:~~

~~I—alevinos para uso próprio ou comercialização;~~

~~II—alevinos e peixes para ornamentação e aquarofilia;~~

~~III—alevinos para peixamento;~~

~~IV—iscas vivas aquáticas;~~

~~V—hipófises oriundas do processamento de pescado;~~

~~VI—reprodutores e matrizes;~~

~~VII—peixe vivo;~~

~~VIII—peixe abatido.~~

**CAPÍTULO IV**  
**~~DAS RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE~~**

~~Art. 5º É declarada de interesse social e econômico a atividade de piscicultura para fins de implantação, mesmo que envolva a supressão de área de preservação permanente, quando respeitado o percentual máximo de 5% (cinco por cento) de APP impactada e atendidos os requisitos estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro.~~

~~§ 1º Para a construção de reservatórios d'água, represas, açudes e tanques usados para implantação de atividade de piscicultura nos cursos d'água com vazão média máxima maior que 3m<sup>3</sup> (três metros cúbicos) por segundo, o interessado deve solicitar à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos — SECIMA uma licença especial.~~

~~§ 2º Os procedimentos administrativos de licenciamento dos empreendimentos e atividades previstos no caput deste artigo serão efetivados junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos — SECIMA.~~

~~§ 3º Não será autorizada a implantação da atividade de piscicultura num raio inferior a 100m (cem metros) das nascentes ou olhos d'água.~~

~~Art. 6º Será autorizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos — SECIMA, a intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente (APP) para o uso na atividade de piscicultura quando o requerente:~~

~~I — comprovar a inexistência de alternativa técnica e locacional em sua propriedade para os planos, atividades ou projetos propostos;~~

~~II — comprovar a imprescindibilidade da intervenção na APP para a viabilidade econômico-financeira total do empreendimento;~~

~~III — comprovar o acompanhamento técnico de profissional habilitado para condução dos projetos de engenharia (obras de arte) e ou do licenciamento ambiental;~~

~~IV — indicar as medidas mitigadoras e de compensação necessárias.~~

~~§ 1º Serão assegurados aos novos empreendimentos que desenvolvam atividades de piscicultura, servidão de passagem para garantir o acesso aos reservatórios, represas, açudes e tanques, ainda que em área de preservação permanente — APP, devendo ter degradação mínima ao ambiente na criação da via interna de acesso.~~

~~§ 2º Os reservatórios já existentes devem no prazo máximo de 6 (seis) meses após a vigência desta Lei garantir a servidão de passagem para fins de piscicultura, nos locais onde faz-se necessário vias de acesso interno.~~

~~Art. 7º A reprodução artificial de espécies nativas, exóticas e/ou alóctones, que se destina à produção de alevinos puros ou híbridos, deverá ocorrer em laboratório devidamente licenciado para este fim pelo órgão competente.~~

~~§ 1º O laboratório deverá apresentar laudo de inspeções sanitárias de seus reprodutores, matrizes e alevinos.~~

~~§ 2º Os alevinos adquiridos de outros Estados e/ou países deverão estar acompanhados do laudo de inspeção sanitária.~~

~~Art. 8º Os projetos de piscicultura destinados à produção de alevinos de espécies exóticas e de peixes híbridos, desde que permitidos na bacia em razão de qualquer outro ato normativo, deverão obedecer aos seguintes critérios:~~

~~I — solidez necessária à contenção de água, que garanta a sua estabilidade, comprovada por cálculos de engenharia com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);~~

~~II — proteção dos taludes e ladrões contra a erosão;~~

~~III — construir dispositivos de proteção contra a fuga de peixes para o meio ambiente (telas, filtros, tanques decantadores com peixes nativos predadores, tanque de jacaré, etc.);~~

~~IV — comprovar o acompanhamento da atividade por técnico responsável devidamente inscrito no seu órgão/conselho.~~

~~Parágrafo único. O cumprimento dos incisos I a IV não exime o empreendedor das penalidades previstas na legislação vigente caso seja verificado incoerência.~~

~~Art. 9º Os processos de licenciamento das pisciculturas serão submetidos à SECIMA para o deferimento da utilização do~~

~~recurso hídrico.~~

~~Art. 10. O peixamento em ambientes aquáticos naturais será permitido quando se tratarem de espécies nativas da mesma bacia onde se realizará a operação (espécies autóctones), fornecidos por produtor de peixe para peixamento devidamente licenciado.~~

~~Parágrafo único. As atividades de peixamento deverão ser precedidas de comunicação prévia à SECIMA das seguintes informações:~~

- ~~I—origem das matrizes;~~
- ~~II—identificação da espécie, tamanho médio e peso médio;~~
- ~~III—local e data do peixamento;~~
- ~~IV—anotação de responsabilidade técnica.~~

## **~~CAPÍTULO V~~**

### **~~DAS LICENÇAS, CADASTROS E AUTORIZAÇÕES~~**

~~Art. 11. O licenciamento ambiental de piscicultura será processado junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos nas modalidades Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, devendo o interessado indicar as classificações de sua atividade, nos termos dos arts. 3º e 4º desta Lei, apresentando projeto técnico com as especificações constante de instrução normativa a ser editada pelo órgão estadual do meio ambiente.~~

~~Art. 12. A autorização para a captura de reprodutores e matrizes no ambiente natural, deverá ser solicitada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos—SECIMA, por piscicultores devidamente autorizados para este fim mediante requerimento do interessado em modelos próprios.~~

~~Art. 13. A validade das licenças de pisciculturas seguirá os seguintes prazos máximos de duração:—~~

- ~~I—Licença Prévia: validade 4 (quatro) anos;~~
- ~~II—Licença de Instalação: validade de 5 (cinco) anos;~~
- ~~III—Licença de Operação: validade de 6 (seis) anos.~~

~~Art. 14. A SECIMA poderá delegar a órgãos estaduais e municipais, mediante convênio, o controle sobre o licenciamento, de produtos oriundos da piscicultura no Estado de Goiás.~~

~~Parágrafo único. A certificação sanitária para o trânsito de peixes, alevinos e larvas, oriundos de outros Estados, e as autorizações de despesa são de responsabilidade do Órgão de Defesa Sanitária Animal do Estado.~~

~~Art. 15. O transporte dos produtos oriundos da piscicultura obedecerá à regulamentação oficial da Agência Goiana de Defesa Agropecuária—AGRODEFESA.~~

## **~~CAPÍTULO VI~~**

### **~~DOS IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE E DAS PENALIDADES~~**

~~Art. 16. Constituem infrações ambientais punidas na forma do regulamento:—~~

- ~~I— a introdução de espécies não autóctones, com comprovada alteração da frequência natural de ocorrência e a base genética das populações nativas, afetando a sobrevivência das espécies da bacia hidrográfica;~~
- ~~II— a alteração significativa da qualidade dos corpos d'água receptores dos efluentes oriundos das pisciculturas, que exceda a quantidade previamente autorizada na licença.~~

~~Parágrafo único. A responsabilização administrativa do empreendedor, pessoa física ou jurídica, que por ação ou omissão, degradar o meio ambiente, não exclui a sua obrigação de reparar o dano causado.~~

## **~~CAPÍTULO VII~~**

### **~~DOS INCENTIVOS E PROTEÇÃO À PISCICULTURA~~**

~~Art. 17. A piscicultura que cumprir as determinações desta Lei será declarada atividade zootécnica e econômica.—~~

~~Art. 18. A piscicultura será considerada de interesse ambiental se ela estiver enquadrada no artigo anterior e contribuir em pelo menos uma das seguintes formas:~~

~~I—aliviar a pressão de pesca pela oferta constante de produtos de piscicultura;—~~

~~II—reduzir os danos ambientais causados na captura de iscas aquáticas na natureza pela oferta destas espécies provenientes de pisciculturas;~~

~~III—incentivar a pesca esportiva, de lazer, recreativa, turística ou comercial em pesqueiros artificiais do tipo pesque-pague;—~~

~~IV—reconstituir ambientes degradados por ação antrópica (garimpos, olarias, cerâmicas, erosões, etc.) nociva ao meio ambiente.~~

~~Art. 19. Todos os produtos de piscicultura, conforme descrito no Capítulo III, não estão incluídos nas limitações legais pertinentes à pesca turística ou comercial, quais sejam:~~

~~I—tamanho mínimo;~~

~~II—período de defeso;~~

~~III—local de reprodução;~~

~~IV—forma de captura;~~

~~V—limite de quantidade.—~~

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

~~Art. 20. Os empreendimentos de piscicultura que atualmente estejam em atividade e fora dos parâmetros desta Lei deverão adequar-se ao disposto na mesma em até 30 (trinta) meses contados de sua vigência.~~

~~Art. 21. Empreendimentos de piscicultura que só puderem ser realizados em barragens ou represas naturais ou artificiais, barramentos, devido à disponibilidade de tal recurso hídrico, deverão ser licenciados de acordo com as normativas aqui presentes.~~

~~Art. 22. VETADO.~~

~~Art. 23. VETADO.~~

~~Parágrafo único. VETADO.~~

~~Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 12 de abril de 2018, 130ª da República.—~~

~~JOSÉ ELTON DE FIGUÊREDO JÚNIOR~~

~~—(D.O. de 16-04-2018)~~

~~Este texto não substitui o publicado no D.O. de 16-04-2018.—~~

Órgãos Relacionados	Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO Poder Legislativo Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Veto	Ofício Nº 463 / 2018
Categorias	Servidão administrativa Meio ambiente Esportes